



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 24 dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, nesta cidade de São Paulo, às 14:00 horas, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se por vídeo conferência, o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM. Participantes, Demétrius Queiroz do Rêgo Barros, Daniel de Souza Coelho, Eliana Naccarati, Jaime Alves de Freitas, Peter Greiner Júnior e David Polessi de Moraes, membros do Conselho. Pela Fundação, Flávia Nazaré de Souza Barletta e Angelita de Almeida Oliveira. Na abertura da reunião o Presidente do Conselho deu as boas-vindas a todos. Na sequência, passou a palavra a sra. Raísa que ao comentar sobre o Relatório das Obrigações Legais informou que, no mês de outubro todas as obrigações foram cumpridas e baixadas no sistema dentro do prazo previsto. Em continuidade, passou a palavra ao Diretor-Presidente, Carlos Flory que iniciou sua participação fazendo um breve relato do desafio atual em função das dificuldades em que o País atravessa. Exemplificou citando as várias reuniões que participou juntamente com o Comitê de Investimentos e a Consultoria PPS, para definição do ponto de equilíbrio entre risco e retorno a ser considerado nas Políticas de Investimentos para 2022. Comentou que já foram processadas várias versões em caráter preliminar, em função da volatilidade e do comportamento dos mercados interno e externo. Ainda fazendo referência às Políticas de investimentos que estão sendo elaboradas, disse que não serão feitas grandes alterações na estrutura em vigor, apenas serão feitos ajustes pontuais para o curto prazo. No seu entendimento, os cenários desenhados por economistas, em sua grande maioria, não são confiáveis. Lembrou como exemplo que no início de 2020, as estimativas eram de que a queda do PIB girava em torno de 10%. Usando como referência a inflação atual nos outros países como Alemanha e Estado Unidos, disse que a crise é mundial. Especificamente no Brasil a atual crise hídrica e a de abastecimento de combustíveis é idêntica a tantas outras já vivenciadas, por isso não vê como exagerada e irreversível uma inflação nos atuais níveis. Na sequência, passando a comentar sobre os projetos futuros da Prevcom, citou o estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas que prevê uma



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

reestruturação do quadro de colaboradores, tanto em termos quantitativos como de cargos e salários, através de processo seletivo. Justificou dizendo que a reforma da previdência, em cumprimento a emenda constitucional 103, que tem como objetivo, eliminar do setor público o risco previdenciário dos servidores acima do teto, forçou as adesões desses servidores à previdência complementar. Como consequência, houve um grande volume de adesões de Estados e Municípios à PREVCOM, aumentando consideravelmente o trabalho interno, enquanto que o quadro de pessoal se manteve inalterado. Em complemento ao assunto, disse que está agendada uma reunião junto à Secretaria de Orçamento e Gestão para elaboração de uma proposta conjunta de reestruturação do quadro, com base no projeto apresentado pela FGV. O segundo projeto refere-se a sistemas que possam dar sustentação às demandas das áreas de forma descentralizada. Hoje a Fundação engloba em um único sistema da MJDS, a área previdenciária, contábil, seguridade e finanças, e isso está sendo revisto com orientações de uma empresa especializada. Finalizada sua participação, colocou-se à disposição do colegiado. O Presidente do Conselho manifestou-se fazendo referência ao ofício encaminhado pelo Conselho Fiscal ao Conselho Deliberativo, onde aponta a necessidade imediata de reposição e contratação de funcionários na área de investimentos e a implantação de sistemas e controles que auxiliem na operacionalização dos trabalhos e possibilitem, de forma efetiva, definir as responsabilidades dos agentes que participam do processo de análise, avaliação, gerenciamento, assessoramento e decisão sobre a aplicação dos recursos, inclusive com definição de alçadas. Seguindo, fazendo uso da palavra o Conselheiro Jaime, endossou os comentários dos que o antecederam e sugere argumentar junto a Secretaria de Orçamento e Gestão que as contratações não afetam o orçamento do Governo. Além disso, lembra que a estrutura inicial da Fundação previa atendimento aos Planos de São Paulo. Na medida em que a Prevcom recebe adesões de outros Estados e Municípios, faz-se necessário uma revisão da estrutura do quadro, não só em termos de quantidade, mas também de qualificação. Citou como exemplo a



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Fundação do BACEN que contrata no mercado técnicos e especialistas para as diversas áreas, especialmente na área de investimentos e gestão de riscos. Seguindo, solicitando a palavra o Conselheiro Daniel comentou sobre demandas feitas pelo Conselho junto à área de investimentos que tratavam de gestão de riscos e indicadores de liquidez e que não foram atendidas a contento. Isso reforça o pleito do Conselho no sentido da necessidade urgente de priorizar realocação ou contratação de pessoal e sistemas para a área. A Conselheira Eliana manifestou-se dizendo que a solução para a Prevcom seria alteração da Lei que a instituiu. Lembrou que todas as empresas vinculadas ao Governo, mesmo as consideradas não dependentes economicamente, também estão sujeitas a legislação vigente. Para sanar o problema de forma imediata, sugeriu que seja encaminhado um pleito de reposição de funcionário para a área de investimentos, já que não existe vedação para o caso. Na sequência, sugeriu ainda que a Fundação encaminhe novo pleito de alteração do quadro, mas em um quantitativo menor, o que poderia facilitar aprovação já a partir de janeiro de 2022 quando se encerram as vedações. Encerrando o debate, o Presidente do Conselho agradeceu a participação do Diretor-presidente Carlos Flory, colocando o Conselho Fiscal à disposição da Diretoria Executiva na busca das soluções. Seguindo, passou a palavra aos Srs. Júlio e Rosália, representantes da empresa PRP Soluções Contábeis, para apresentação da Proposta Orçamentária para 2022. Iniciando a apresentação, o sr. Júlio abordou temas sobre a estrutura de uma EFPC e sobre a posição do patrimônio. Disse que a proposta orçamentária para 2022, teve como referência a estimativa do exercício de 2021, com dados sobre o primeiro semestre realizado. Destacou-se ainda as adições (arrecadações) e as deduções (benefícios). Na gestão administrativa, citou as fontes de receitas para cobertura das despesas administrativas e no fluxo de investimentos, as rentabilidades. Para os indicadores, foram sugeridas as metas, as quais o colegiado destacou a necessidade de monitoramento. Finalizada a apresentação inicial, comentou que em função da possibilidade de adesões de novos planos e novos entes estatais, essa proposta inicial, poderá ser ajustada e



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

reapresentada ao Conselho Deliberativo. O Presidente do Conselho agradeceu aos srs. Júlio e Rosália, pela participação. Seguindo, passou a palavra a Diretora Flávia que iniciou sua participação apresentando o Relatório da Diretoria Executiva, referente ao mês de outubro. Inicialmente questionada pela Presidência do Conselho e, na reunião de outubro pelo Conselheiro Daniel sobre a possibilidade de aplicação dos recursos dos novos planos em títulos federais na curva, disse que a Resolução CNPC Nº 37 de 13 de março de 2020, prevê que a possibilidade de classificação de novos títulos de renda fixa na categoria “títulos mantidos até o vencimento” se restrinja a títulos públicos federais de planos de benefícios estruturados na modalidade Benefício Definido (BD) e, excepcionalmente, à parcela de recursos de benefícios que se utilizem de hipóteses atuariais em planos de Contribuição Variável (CV) e de Contribuição Definida (CD). Como os planos de benefícios da Prevcom são estruturados na modalidade de CD puro, ou seja, não utilizam hipóteses atuariais na acumulação e na concessão, não podemos marcar os títulos na curva, sendo permitida, apenas, a manutenção em estoque daqueles que foram adquiridos antes de 1 de setembro de 2020. Em complemento, comentou que tem encaminhado um pleito junto à PREVIC alegando que a Fundação está em fase de captação de recursos e não de pagamento e que tem a capacidade de comprar títulos de médio prazo marcando na curva. Seguindo passou a demonstrar o cálculo do VAR das carteiras consolidadas da Fundação. Fazendo a avaliação de performance por fundo, pelas Políticas de Investimento, o limite do VAR considerado é de até 3,5%, e a Fundação, de acordo com a volatilidade da Carteira, teve um VAR de 0,19%. Em março de 2020, período de maior *Draw Down* da carteira, o VAR atingiu 1,23%. Isso demonstra que a diversificação da carteira tem sido bastante favorável. Embora em alguns meses a volatilidade anualizada da carteira tenha apresentado índice superior, o importante é que a volatilidade média da carteira fique dentro dos parâmetros de diversificação do cálculo da fronteira eficiente da solução ótima aprovada pelo Conselho Deliberativo. Na sequência, questionada a respeito de desenquadramentos, a Diretora Flávia informou que houve um registro de



## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

desenquadramento passivo no mês de outubro, no plano PREVCOM MS, de 0,6% do total do PL, no Fundo de crédito CAPITANIA PREMIUM FIC FIRF CRED PRIV LP (CNPJ: 20.146.294/0001-71), que, por sua vez, investe no fundo máster CAPITANIA PREMIUM MASTER FIRF CRED PRIV LP (CNPJ: 20.146.318/0001-92). Este último possui Investimentos Imobiliário em sua carteira, o que não é permitido pela Política de Investimento do plano na data de referência do relatório. Salientou que este tipo de desenquadramento já não mais deverá ocorrer dado que a nova Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, já está vigente para o plano PREVCOM MS. Não houve desenquadramentos no PGA. Em sequência, comentou que a Fundação, na busca de uma rentabilidade que possa atingir o alvo de IPCA+4%, ajustou sua Política de Investimento, elevando o nível atual de risco para um patamar em torno de 5,5%. Seguindo, passou a apresentar a rentabilidade acumulada no ano, comparativamente aos índices de mercado, posição outubro/2021. Comentou que a rentabilidade da carteira, se analisada desde o início, foi de 6.76% superior ao alvo de IPCA+4%. Entretanto nos últimos 12 meses, a rentabilidade ficou em 2.9% inferior à meta. Quanto a diversificação da carteira, informou que a composição atual é de 67% em renda fixa, 13% em investimentos estruturados, 8,31% em fundo ações e 8,5% em investimentos em fundos no exterior. Finalizou apresentando composição total da carteira, por segmento, tipos de fundos, valores e percentuais, bem como a movimentação no mês. Finalizada sua apresentação, o Presidente do Conselho agradeceu a sra. Flávia pela participação. Na sequência, passou a palavra a sra. Angelita que iniciou apresentando o fluxo de caixa referente ao mês de outubro/2021, onde foram apresentadas as informações correspondentes aos planos de benefícios vinculados ao Governo do Estado de São Paulo. Demonstrou a abertura por planos das receitas próprias e outras receitas advindas da seguradora, como excedente técnico. Quanto as despesas, fez a abertura com folha de pagamento e encargos, despesas administrativas e despesas Gerais. Seguindo a sra. Angelita passou a comentar o relatório do acompanhamento do orçamento, posição outubro, apresentando a



CNPJ Nº 15.401.381.0001-98

CONSELHO FISCAL

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2701, 10º andar – São Paulo/SP – 01401-000 (11) 3150-1901

## LIVRO DE REGISTRO DE ATAS DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO FISCAL

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA

execução orçamentária consolidada. Demonstrou o orçado x realizado no mês, acumulado até outubro e o total do exercício. Finalizou fazendo a abertura das despesas administrativas, com terceiros e gerais e as receitas administrativas e de investimentos. Nada mais havendo a tratar o Presidente do Conselho encerrou a reunião as 16h30min e eu, Cesar Gnoatto, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros titulares presentes.

DocuSigned by:

A159A952CC304A6...

**Demétrius Queiroz do Rêgo Barros**  
Presidente do Conselho

DocuSigned by:

4958F29C30B640E...

**Daniel de Souza Coelho**  
Conselheiro

DocuSigned by:

94B8689F501A485...

**Eliana Naccarati**  
Conselheira

DocuSigned by:

DEDBAF8C6F414AE...

**Jaime Alves de Freitas**  
Conselheiro

DocuSigned by:

145FCC73A8D7425...

**Cesar Gnoatto**  
Secretário